



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-ME, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8507103-90.2018.8.06.0000).**

**CT N.º 27/2018**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Dra. Denise Maria Norões Olsen, e a empresa **SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-ME.**, com endereço na Rua Dr. Antonino Sena Figueiredo, nº 113, Bairro Santa Tereza I, Barbacena, Minas Gerais/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.190.355/0001-03, neste ato representada por pelo Sr. Marcos Zacarias Campos de Moura, inscrito no CPF/MF nº 050.549.066-81 e Carteira de Identidade nº MG-12.536.445 SSP/MG, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela Contratada e no resultado da Licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 024/2017, realizado pela Prefeitura de Ibitiré, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 026/2017, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/1994, nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8507103-90.2018.8.06.0000.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O Objeto deste Instrumento consiste na contratação de empresa para fornecimento de Equipamentos de Retroprojeção com garantia pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 37.749,00 (trinta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais)**, conforme quadro abaixo.

Lote/Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
-----------	-----------	------	----------------	-------------

*Assinatura*



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

07/01	<b>PROJETOR MULTIMÍDIA LCD PORTÁTIL</b> – projetor multimídia LCD portátil, Resolução: SVGA (800x600), Luminosidade: 2800 ANSI Lumens, Contraste: 3000:1, Display: 3 painéis LCD, Lâmpada: 200W UHE, 4000h (alto brilho) 5000h (baixo brilho), Lente: Fixa -Foco Manual, FN 1:44, Foco 16,6mm, Zoom 1.0 – 1:35 digital, Paineis: 3 painéis LCD, Sistema de vídeo: NTSC / NTSC4.43 / PAL-M / PAL-N / PAL-60 / SECAM, Outras funções: liga e desliga instantaneamente.	20	R\$ 1.887,45	R\$ 37.749,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 37.749,00</b>

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. Os equipamentos deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;

4.2. Os equipamentos que compõem a solução, deverão ser entregues no Serviço de Almoxarifado do TJCE, localizado no Centro de Documentação e Informática – CDI, situado na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n – Cambéba, Fortaleza – Ce.;

4.3. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará receberá os componentes ofertados, provisoriamente (Termo de Recebimento Provisório) no ato da entrega, e definitivamente (Termo de Recebimento Definitivo) em um prazo não superior a 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de entrega, verificando a conformidade do produto ofertado quanto às exigências contidas neste documento;

4.4 Na hipótese de desaprovação dos equipamentos, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no contrato e/ou na proposta comercial, a CONTRATADA deverá substituí-los às expensas através de ofício emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

4.4.1. Os equipamentos recusados deverão ser retirados às custas da Contratada;

4.5. A concessão do prazo estabelecido para substituição não obsta a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato.

4.6. Somente serão aceitos equipamentos novos e de primeiro uso, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos fora de linha de fabricação.

4.7. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso.

4.8. Não serão aceitos equipamentos que tenham sido descontinuados pelo fabricante até a data de realização do certame, ou composições feitas única e exclusivamente para o presente certame.

4.9. Deverão ser fornecidos todos os itens acessórios de hardware e software, incluindo licenças, conectores, interfaces, suportes e demais equipamentos, necessários para instalação e funcionamento da solução contratada, em plena compatibilidade com as especificações constantes neste documento e recomendadas pelo fabricante.

4.10. Todas as licenças de software necessárias para o completo atendimento da especificação técnica deverão ser ofertadas na modalidade de uso perpétuo, ou seja, os equipamentos devem continuar a operar normalmente mesmo após o período de garantia técnica contratado, e deverão ser fornecidas na capacidade máxima suportada pelos equipamentos.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos bens/serviços adquiridos, mediante apresentação da fatura/nota fiscal atestada pelo setor





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

competente deste Tribunal e mediante a apresentação de certidões negativas de débitos federal, estadual, municipal, previdenciário, trabalhistas e FGTS;

5.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5.3. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa;

5.4. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação;

5.5. As faturas/notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, CNPJ nº. 09.444.530/0001-01;

5.6. O Tribunal de Justiça do Ceará reserva-se o direito de recusar o pagamento, caso o objeto não esteja em conformidade com as condições estabelecidas em contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa por parte da CONTRATADA;

5.7. Caso existam penalidades a serem aplicadas, a CONTRATADA será notificada, sendo o prazo do atesto da respectiva fatura ou nota fiscal interrompido até a entrega das justificativas pela CONTRATADA;

5.8. Nas notas fiscais referentes aos serviços descritos neste documento, deverão estar discriminados os valores dos tributos: Imposto sobre Serviços – ISS, PIS e COFINS. A CONTRATADA também deverá, durante todo o período contratual, manter suas documentações fiscais atualizadas.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. Os recursos financeiros correrão na seguinte dotação orçamentária:

**04100021.02.126.500.21809.15.44905200.10100.0.20**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7.1. O Contrato terá vigência de 120 dias.

7.2. Para a garantia dos equipamentos, por até 12 (doze) meses contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo dos respectivos.

**CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

8.1. A solução deverá contemplar a garantia do produto, no prazo mínimo estipulado no item 3.1 do Termo de Referência no que compreende as obrigações previstas na Lei nº 8.078/1990 e suas posteriores alterações – Código de Defesa do Consumidor, bem como dos encargos previstos à Contratada no Edital e seus Anexos;

8.2. O recebimento dos equipamentos pelo TJCE não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou divergências com as especificações estabelecidas, atestadas, posteriormente, garantindo-se ao TJCE às faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/1990.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Garantir a excelente qualidade dos itens fornecidos;
- 9.2. Fornecer os itens de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta. Os itens que não estiverem dentro das especificações licitadas serão devolvidos ao fornecedor para substituição imediata, sem ônus para o TJCE, sob pena de aplicação de penalidades;
- 9.3. Cumprir os prazos de entrega pactuados;
- 9.4. Permitir e facilitar, durante a entrega dos itens, a fiscalização, supervisão e inspeção dos mesmos, pelo CONTRATANTE, devendo prestar todos os esclarecimentos necessários quando solicitado;
- 9.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens de seu estabelecimento até o local determinado pelo CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto;
- 9.6. Informar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a entrega dos itens, no todo ou em parte, indicando medidas para corrigir a situação;
- 9.7. Em caso de ausência de força maior, ficará sob responsabilidade da CONTRATADA a substituição dos itens de igual ou melhor qualidade, para dar continuidade ao fornecimento, sem prejuízo de ônus ao CONTRATANTE;
- 9.8. Responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas no fornecimento dos itens licitados;
- 9.9. Realizar entregas no prazo fixado pela CONTRATANTE, em exato cumprimento às especificações deste Instrumento Contratual;
- 9.10. Comunicar ao TJCE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;
- 9.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços;
- 9.12. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;
- 9.13. Manter, durante o fornecimento dos itens, atualizadas as condições de habilitação, ou seja, prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) e de regularidade com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 10.1. Prestar informações necessárias, com clareza, à CONTRATADA, para entrega dos itens avençados;
- 10.1. Fiscalizar o fornecimento dos itens, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 10.2. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na entrega dos itens, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- 10.3. Notificar a CONTRATADA para ajustar imediatamente os procedimentos e/ou métodos na entrega dos itens que porventura venham a ser considerados prejudiciais, por servidores do TJCE, verificando inclusive a qualidade do fornecimento;
- 10.4. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante o fornecimento dos itens;
- 10.5. Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;
- 10.6. Credenciar perante a CONTRATADA, mediante documento hábil, servidores autorizados a emitir as requisições de fornecimento, fiscalizando e atestando as notas fiscais





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

apresentadas pela CONTRATADA para o pagamento dos itens entregues;

10.7. Efetuar o pagamento conforme estabelecido na cláusula de pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

Os papéis e responsabilidades na gestão do contrato são os definidos no quadro a seguir:

ID	Papel	Entidade	Responsabilidade
1	Fiscal Técnico	Supervisor do Serviço de Operação	<p>Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato;</p> <p>Identificação de não conformidade com os termos contratuais;</p> <p>Verificação de manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação (Documento elaborado no planejamento da contratação, que visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato);</p> <p>Comunicar por escrito, ao gestor do contrato, qualquer falta cometida pela empresa contratada, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;</p> <p>Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato;</p> <p>Realizar pessoalmente a medição dos serviços contratados;</p> <p>Recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com condições previstas em edital, na proposta da contratada e no contrato;</p> <p>Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados;</p> <p>Averiguar se é o contratado quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;</p> <p>Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte do contratado, a exemplo da jornada de trabalho, limitações de horas extras, descanso semanal, bem como da obediência às normas de segurança do trabalho, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados do contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Atestar a efetiva realização do objeto contratado para fins de pagamento das faturas correspondentes;</p>
2	Fiscal Requisitante do Contrato	Coordenador(a) de Gestão de Serviço	<p>Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;</p> <p>Verificação de manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação (Documento elaborado no planejamento da contratação, que visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato), em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle da qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos serviços, em conjunto com o Fiscal Técnico;</p> <p>Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte do contratado, a exemplo da jornada de trabalho, limitações de horas extras, descanso semanal, bem como da obediência às normas de segurança do trabalho, a fim de</p>



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

			<p>evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Comunicar por escrito, ao gestor do contrato, qualquer falta cometida pela empresa contratada, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato.</p>
3	Fiscal Administrativo	<b>Coordenador(a) de Gestão Administrativa de TI</b>	<p>Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato;</p> <p>Efetuar o controle da vigência, realizando comunicado ao fiscal técnico em tempo hábil, uma vez que este deverá controlar os prazos de execução, necessidades de prorrogações ou nova contratação, ficando o fiscal administrativo responsável pelo controle da época de reajustamento dos preços contratados, tomando as providências cabíveis em tempo hábil junto à Divisão Central de Contratos e Convênios do TJCE, quando necessário;</p> <p>Verificar se a empresa contratada cumpriu com a garantia prevista no contrato.</p>
4	Gestor do Contrato	<b>Secretário(a) de Tecnologia da Informação</b>	<p>Manter registro próprio, atualizado, das ocorrências relacionadas à execução do contrato;</p> <p>Acompanhar o cumprimento do cronograma de execução e dos prazos previstos;</p> <p>Determinar à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção;</p> <p>Relatar, por escrito, à autoridade competente do órgão responsável, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução da avença, em especial os que ensejarem a aplicação de penalidades;</p> <p>Comunicar à autoridade competente do órgão responsável, apresentando as devidas justificativas, a eventual necessidade de acréscimos ou supressões de serviços, materiais ou equipamentos, identificadas no curso das atividades de fiscalização;</p> <p>Solicitar à contratada a substituição de empregado ou preposto da contratada e aprovar, previamente, mediante termo juntado ao processo, a substituição de iniciativa da contratada, quando assim exigir o contrato;</p> <p>Receber, definitivamente, por meio de ateste na nota fiscal/fatura ou documento equivalente, devidamente discriminado, obras, serviços e materiais;</p> <p>Acompanhar o prazo de vigência do contrato e manifestar-se, quando provocado pela Administração, sobre os aspectos de oportunidade, conveniência, razoabilidade e economicidade administrativa de se realizar alteração, prorrogação ou rescisão do contrato, anexando, quando for o caso, documentação comprobatória.</p>

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 12.1. Constituem motivo para rescisão deste Contrato:
- 12.1.1 A inexecução total do Contrato.





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- 12.1.2 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos.
- 12.1.3 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- 12.1.4 A lentidão do seu cumprimento, levando o TJCE a comprovar a impossibilidade da execução do fornecimento/serviço, nos prazos estipulados.
- 12.1.5 O atraso injustificado do fornecimento/serviço.
- 12.1.6 A paralisação do fornecimento/serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao TJCE.
- 12.1.7 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, que afetem a boa execução do Contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização do TJCE.
- 12.1.8 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- 12.1.9 O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato, anotadas pelo TJCE.
- 12.1.10 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- 12.1.11 A dissolução da CONTRATADA.
- 12.1.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução deste contrato.
- 12.1.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do TJCE, e exaradas no Processo Administrativo a que se refere este contrato.
- 12.1.14 A supressão de parte do objeto avençado, por iniciativa do TJCE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do limite previsto em Cláusula das Disposições Gerais deste contrato.
- 12.1.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do TJCE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- 12.1.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pelo TJCE, decorrentes de fornecimento/serviço já recebido e aceito, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- 12.1.17 A não liberação, por parte do TJCE, de área ou local para entrega dos produtos/execução dos serviços, nos prazos contratuais.
- 12.1.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 12.1.19 O descumprimento do disposto no inc. V, do art. 27, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 12.1.20 A violação de direitos trabalhistas ou simulação de regularidade que afete sua contratação ou que sirva para obtenção de vantagens concorrenciais, creditícias ou tributárias.
- 12.1.21 O cometimento de outras ações que comprometam a contratação, denigrem ou possam oferecer risco à imagem do TJCE, enquanto empresa pública, provedora de serviços de tecnologia e comunicação, a sua responsabilidade social e à cidadania.
- 12.2 A rescisão do contrato poderá ser:
- a) Determinada por ato unilateral e escrito do TJCE, nos casos enumerados nas



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

subcláusulas 12.1.1 a 12.1.13 e 12.1.22 deste contrato.

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o TJCE.

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

12.3. Poderá o TJCE rescindir imediatamente este contrato, sem qualquer ônus, no caso de persistência no inadimplemento de obrigações pela CONTRATADA, e pelas quais já tenha, a mesma, sido notificada para providenciar as devidas regularizações.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O atraso e a inexecução parcial ou total do objeto, execução insatisfatória ou outras falhas caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

a) advertência por escrito;

b) multa, conforme limites:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, em caso de recusa do adjudicatário em reparar as irregularidades detectadas no fornecimento;

b.3) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações do edital.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com prazo estabelecido no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme dispõe o art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

13.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações avençadas:

a) não atendimento às especificações técnicas relativas ao fornecimento prevista neste instrumento;

b) retardamento imotivado de fornecimento ou de suas parcelas;

c) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

d) entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

e) alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida de itens de baixa qualidade;

13.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas.

13.4. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

13.5. As sanções de suspensão temporária e impedimento de contratar também poderão ser aplicadas àquele que:

a) deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

b) apresentar declaração ou documentação falsa;

c) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

d) não manter a proposta;

e) falhar ou fraudar a execução do futuro avençado;

f) comportar-se de modo inidôneo;





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

g) cometer fraude fiscal.

13.6. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei nº. 8.666/93.

13.7. As sanções relacionadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive pagamento de multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA prestará garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo a mesma optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93, a saber:

14.2. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, cuja exigibilidade não seja contestada pelo TJCE;

14.3. Quando se tratar de caução em dinheiro, deverá ser recolhido na Secretaria de Finanças do TJCE;

14.4. Seguro garantia;

14.5. Fiança bancária;

14.6. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil.

14.7. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá reintegralizar o seu valor, no prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada;

14.8. A não apresentação da garantia até a assinatura contratual ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas no item 6.14 (**SANÇÕES APLICÁVEIS**) desse documento;

14.9. A Garantia referida neste item terá o seu valor atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração nos preços contratados, de tal modo que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do CONTRATO, devendo a CONTRATADA providenciar, às suas custas, a respectiva renovação da garantia sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos;

14.10. No caso de prorrogação do prazo do contrato, a garantia também deverá ser prorrogada por igual período.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, exceto quando explicitada, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

15.2 Não constituirão faltas contratuais os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, como previsto no art. 393 do Código Civil, desde que oportunamente comunicados e comprovados. Ocorrida tal hipótese, conceder-se-á à parte inadimplente, prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.

15.3 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões se fizerem necessários até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado deste contrato, ficando vedada a realização de alterações quantitativas depois de haver ocorrido o pagamento integral devido pelo TJCE.

15.3.1 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido na subcláusula anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre contratantes.

15.4. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer espécie de



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

solidariedade por parte do TJCE, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal disponibilizado para o fornecimento do objeto dessa contratação.

15.5 Não serão aceitas mudanças nas especificações, modelos, etc., sem a prévia autorização do TJCE.

15.6 Será de responsabilidade da CONTRATADA, quaisquer danos diretamente causados ao TJCE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pelo TJCE.

15.7 As normas, instruções e ordens internas demandadas pelo TJCE que forem fornecidas à CONTRATADA, por escrito, farão parte integrante do presente ajuste.

15.8 O presente instrumento obrigará e disciplinará as partes contratantes, seus sucessores e cessionários, porém nenhuma das partes poderá ceder ou transferir este contrato, ou quaisquer direitos oriundos do mesmo, sem o consentimento prévio e expresso da outra parte.

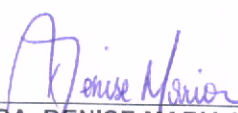
15.9 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes dos Decretos 5.450/2005, da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/1993, todos, com suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 23 de MAIO de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**DRA. DENISE MARIA NORÕES OLSEN**  
SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TJCE

  
\_\_\_\_\_  
**SR. MARCOS ZACARIAS CAMPOS DE MOURA**  
Representante da Empresa SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-ME

Testemunhas: \_\_\_\_\_





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Anexo I – Termo de Referência

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência, Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Equipamentos de Retroprojeção com garantia pelo período de 12 (doze) meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Quantitativo

ID	Demanda Prevista	Quantitativo a ser Contratado
1	Solução de retroprojeção do TJCE, compreendendo o fornecimento de equipamentos com garantia de 12 (doze) meses.	20 unidades

2.2. Motivação

2.2.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE possui atualmente diversos espaços físicos destinados à realização de palestras, cursos e reuniões de trabalho, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

PRÉDIO	PAVIMENTO	AMBIENTES	CAPACIDADE (pessoas)
TJCE	SUBSOLO	AUDITÓRIO SUBSOLO	324
		SALA TREINAMENTO 01	19
		SALA TREINAMENTO 02	19
	TÉRREO	GABINETE SECRETARIO (SGP)	8
		SALA TREINAMENTO (SGP)	22
		SALA REUNIÃO (NUPEMEC)	12
		SALA REUNIÃO (MANUTENÇÃO)	10
		SALA REUNIÃO (SUMPRIMENTO E LOGÍSTICA)	10
		GABINETE SECRETARIO (FINANÇAS)	8
		GABINETE SECRETARIO (JUDICIÁRIO)	8
	1º PAVIMENTO	SALA SESSÕES – 03	43
		PLENO	283
		SALA REUNIÃO (ENGENHARIA)	8
		SALA SESSÕES – 04 (AQUÁRIO)	103
	2º PAVIMENTO	SALA REUNIÃO (CERIMONIAL)	8
		SALA REUNIÃO (VICE-PRESIDÊNCIA)	8
		SALA REUNIÃO (PRECATÓRIO)	8



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CDI	TÉRREO	SALA SESSÕES – 01	60
		SALA SESSÕES – 02	79
		SALA REUNIÃO (SEPLAG)	8
		GABINETE SUPERINTENDENTE GERAL	10
		GABINETE PRESIDÊNCIA	12
		SALA CONVIVÊNCIA	20
		SALA FLEXEIRAS	11
		SALA CUMBUÇO	10
		SALA CANOA	13
		SALA JERICOACOARA	10
		SALA MORRO BRANCO	10
		SALA ICAPUI	8

2.2.2. Cabe destacar que foram adquiridos no ano de 2011 20 (vinte) unidades de projetores para viabilizar a consecução das atividades que são realizadas em tais espaços, bem como potencializar o aprendizado e a divulgação de conteúdos de interesse do TJCE.

2.2.3. Conforme exposto, devido ao lapso temporal entre a aquisição e a data atual, os equipamentos eventualmente sofreram degradação de suas funcionalidades e devido ao vencimento do seu período de cobertura de garantia, tais equipamentos ficaram descobertos de serviços de manutenção corretiva, ensejando assim a paralisação dos mesmos

2.2.4. Considerando a importância das atividades institucionais que são executadas em decorrência da tecnologia de projeção de imagens por meio de projetor multimídia, se faz necessário garantir a disponibilidade dos recursos tecnológicos providos.

### 2.3. Resultados a serem Alcançados com a Contratação

2.3.1. A solução tem por finalidade manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas e ações operacionais tais como: capacitações internas e externas apresentações de projetos, reuniões institucionais, entre outros, nas sessões do Órgão Especial, visando em auxiliar em relatórios e prestar informações ao jurisdicionado e cidadãos que visitam diariamente este Poder Judiciário.

### 2.4. Levantamento das alternativas

Solução 1 – Contratação de Empresa para Fornecimento de Equipamentos de Retroprojeção com garantia pelo período de 12 (doze) meses.	
Entidade	Universidade Federal da Paraíba (Pregão Eletrônico nº 09/2016); Prefeitura Municipal de Campinas (ARP 159/2017); Universidade Federal de Santa Catarina (ARP 506/2017); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Pregão Presencial nº 07/2017). Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Ibirité (Pregão Eletrônico nº 024/2017).





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Descrição	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos de Retroprojeção e garantia de 12 (doze) meses.		
Fornecedor	Hs Comércio, Locação E Manutenção De Equipamentos De Informática Ltda. Microtécnica Informática LTDA. Space Informática e Móveis Para Escritório LTDA.-ME	Valor	R\$ 46.745,60

## 2.5. Referência aos estudos preliminares

2.5.1. Os documentos elaborados durante a realização dos estudos preliminares estão anexados a este processo administrativo. São eles: DOD – Documento de Oficialização de Demanda e AVC – Análise de Viabilidade da Contratação.

## 2.6. Alinhamento estratégico

ID	Objetivo Estratégico do Requisitante	ID	Necessidades Elencadas no PETI
1	Prover com qualidade soluções de TIC	01	Garantir a Infraestrutura de TIC para as atividades Judiciais e Administrativas
2	Aprimorar o atendimento de TIC		
3	Garantia da Infraestrutura de TI	02	Garantia e ampliação de soluções de segurança em TIC

## 2.7. Justificativa da Solução Escolhida

2.7.1. Tendo em vista a frequência massiva de uso por parte do TJCE da solução de retroprojeção, em face da demanda das atividades institucionais ora mencionadas no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), conjugados com a forma usual de mercado para mensuração do serviço em tal modalidade, que vem incidir em diárias, verifica-se que o custo com a locação dos equipamentos oneraria consideravelmente a Administração, uma vez que os equipamentos são utilizados constantemente pelas unidades cujos equipamentos adquiridos outrora encontram-se. Em prospecção, a longo prazo, os recursos orçamentários destinados a aquisição dos equipamentos, conforme destaca a **Solução 1 – Aquisição de Equipamentos de Retroprojeção com garantia pelo período de 12 (doze) meses** proverão maior economicidade à Administração em detrimento a contratação de locação dos equipamentos.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução a ser adquirida consiste na Contratação de Empresa para Fornecimento de Equipamentos de Retroprojeção com garantia pelo período de 12 (doze) meses.

## 4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### 4.1. Garantia

4.1.1. A solução deverá contemplar a garantia do produto, no prazo mínimo estipulado no item 3.1 deste Termo de Referência no que compreende as obrigações previstas na Lei nº 8.078/1990 e suas posteriores alterações – Código de Defesa do Consumidor, bem como dos encargos previstos à Contratada no Edital e seus Anexos;



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**4.1.2.** O recebimento dos equipamentos pelo TJCE não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou divergências com as especificações estabelecidas, atestadas, posteriormente, garantindo-se ao TJCE às faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/1990.

**4.2. Prazo e Local de Entrega**

**4.2.1.** Os equipamentos deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;

**4.2.2.** Os equipamentos que compõem a solução, deverão ser entregues no Serviço de Almoxarifado do TJCE, localizado no Centro de Documentação e Informática – CDI, situado na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n – Cambéa, Fortaleza – Ce.;

**4.2.3.** O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará receberá os componentes ofertados, provisoriamente (Termo de Recebimento Provisório) no ato da entrega, e definitivamente (Termo de Recebimento Definitivo) em um prazo não superior a 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de entrega, verificando a conformidade do produto ofertado quanto às exigências contidas neste documento;

**4.2.4.** Na hipótese de desaprovação dos equipamentos, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no contrato e/ou na proposta comercial, a CONTRATADA deverá substituí-los às expensas através de ofício emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

**4.2.4.1.** Os equipamentos recusados deverão ser retirados às custas da Contratada;

**4.2.5.** A concessão do prazo estabelecido para substituição não obsta a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato.

**4.2.6.** Somente serão aceitos equipamentos novos e de primeiro uso, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos fora de linha de fabricação.

**4.3. Requisitos da Solução**

**4.3.1. Requisitos Gerais**

**4.3.1.1.** Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso.

**4.3.1.2.** Não serão aceitos equipamentos que tenham sido descontinuados pelo fabricante até a data de realização do certame, ou composições feitas única e exclusivamente para o presente certame.

**4.3.1.3.** Deverão ser fornecidos todos os itens acessórios de hardware e software, incluindo licenças, conectores, interfaces, suportes e demais equipamentos, necessários para instalação e funcionamento da solução contratada, em plena compatibilidade com as especificações constantes neste documento e recomendadas pelo fabricante.

**4.3.1.4.** Todas as licenças de software necessárias para o completo atendimento da especificação técnica deverão ser ofertadas na modalidade de uso perpétuo, ou seja, os equipamentos devem continuar a operar normalmente mesmo após o período de garantia técnica contratado, e deverão ser

 14





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

fornecidas na capacidade máxima suportada pelos equipamentos.

## 5. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / FORNECIMENTO DE BENS

### 5.1. Justificativa para Parcelamento do Objeto

5.1.1. Dada a especificidade, bem como a singularidade de produtos que compõem a solução, o parcelamento do objeto torna-se desnecessário.

### 5.2. Metodologia de Trabalho

ID	Bem/Serviço/Item	Forma de Execução/Fornecimento	Justificativa
	Solução de retroprojeção do TJCE, compreendendo o fornecimento de equipamentos com garantia de 12 (doze) meses.	De acordo com o que foi especificado no item 4.	Para atender os requisitos que constam nesse documento de maneira satisfatória

## 6.ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

### 6.1. Papeis e Responsabilidade

ID	Papel	Entidade	Responsabilidade
1	Fiscal Técnico	Supervisor do Serviço de Operação	<p>Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato;</p> <p>Identificação de não conformidade com os termos contratuais;</p> <p>Verificação de manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação (Documento elaborado no planejamento da contratação, que visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato);</p> <p>Comunicar por escrito, ao gestor do contrato, qualquer falta cometida pela empresa contratada, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;</p> <p>Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato;</p> <p>Realizar pessoalmente a medição dos serviços contratados;</p> <p>Recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com condições previstas em edital, na proposta da contratada e no contrato;</p> <p>Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados;</p> <p>Averiguar se é o contratado quem executa o contrato e certificar-se de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;</p> <p>Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte do contratado, a exemplo da jornada de trabalho, limitações de horas extras, descanso semanal, bem como da obediência às normas de segurança do trabalho, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados do contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Atestar a efetiva realização do objeto contratado para fins de pagamento das faturas correspondentes;</p>



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2	Fiscal Requisitante do Contrato	Coordenador(a) de Gestão de Serviço	<p>Avaliação da qualidade dos serviços realizados e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;</p> <p>Verificação de manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação (Documento elaborado no planejamento da contratação, que visa garantir a continuidade do negócio durante e após a entrega da Solução de Tecnologia da Informação, bem como após o encerramento do contrato), em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle da qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos serviços, em conjunto com o Fiscal Técnico;</p> <p>Verificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte do contratado, a exemplo da jornada de trabalho, limitações de horas extras, descanso semanal, bem como da obediência às normas de segurança do trabalho, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e empregados do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Receber e dirimir reclamações relacionadas à qualidade de serviços prestados, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Comunicar por escrito, ao gestor do contrato, qualquer falta cometida pela empresa contratada, seja por inadimplemento de cláusula ou condição do contrato, ou por serviço executado de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formando o dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato;</p> <p>Sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades nos casos de inadimplemento parcial ou total do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico, quando solicitado pelo Gestor do Contrato.</p>
3	Fiscal Administrativo	Coordenador(a) de Gestão Administrativa de TI	<p>Certificar-se do correto cálculo e recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato;</p> <p>Efetuar o controle da vigência, realizando comunicado ao fiscal técnico em tempo hábil, uma vez que este deverá controlar os prazos de execução, necessidades de prorrogações ou nova contratação, ficando o fiscal administrativo responsável pelo controle da época de reajustamento dos preços contratados, tomando as providências cabíveis em tempo hábil junto à Divisão Central de Contratos e Convênios do TJCE, quando necessário;</p> <p>Verificar se a empresa contratada cumpriu com a garantia prevista no contrato.</p>
4	Gestor do Contrato	Secretário(a) de Tecnologia da Informação	<p>Manter registro próprio, atualizado, das ocorrências relacionadas à execução do contrato;</p>





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

			<p>Acompanhar o cumprimento do cronograma de execução e dos prazos previstos;</p> <p>Determinar à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção;</p> <p>Relatar, por escrito, à autoridade competente do órgão responsável, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer dificuldades, atrasos, defeitos e prejuízos à execução da avença, em especial os que ensejarem a aplicação de penalidades;</p> <p>Comunicar à autoridade competente do órgão responsável, apresentando as devidas justificativas, a eventual necessidade de acréscimos ou supressões de serviços, materiais ou equipamentos, identificadas no curso das atividades de fiscalização;</p> <p>Solicitar à contratada a substituição de empregado ou preposto da contratada e aprovar, previamente, mediante termo juntado ao processo, a substituição de iniciativa da contratada, quando assim exigir o contrato;</p> <p>Receber, definitivamente, por meio de ateste na nota fiscal/fatura ou documento equivalente, devidamente discriminado, obras, serviços e materiais;</p> <p>Acompanhar o prazo de vigência do contrato e manifestar-se, quando provocado pela Administração, sobre os aspectos de oportunidade, conveniência, razoabilidade e economicidade administrativa de se realizar alteração, prorrogação ou rescisão do contrato, anexando, quando for o caso, documentação comprobatória.</p>
--	--	--	--

**6.2. Deveres e Responsabilidades da Contratante**

- 6.2.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal/fatura em dia;
- 6.2.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- 6.2.3.** Permitir, quando necessário, o acesso dos empregados da empresa CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto do Contrato;
- 6.2.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, a solução entregue pela CONTRATADA fora das especificações exigidas no Contrato;
- 6.2.5.** Fiscalizar a entrega e instalação dos equipamentos, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços que não estejam em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Contrato;
- 6.2.6.** Exercer a fiscalização e aprovação final dos serviços, se contratados, com amplos poderes, inclusive para interromper qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as exigências desse documento;
- 6.2.7.** Apurar a qualidade dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, aferindo as sanções cabíveis;
- 6.2.8.** O gerenciamento e a fiscalização do contrato serão exercidos pelo Serviço de Operação e pela Coordenadoria de Gestão de Serviço, unidades vinculadas à Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**6.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada**

- 6.3.1. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outros itens deste documento, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:
- 6.3.2. Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas qualquer anormalidade que interfira na execução do objeto;
- 6.3.3. Encarregar-se, sem quaisquer ônus para o TJCE, da substituição em garantia dos itens que se fizerem necessários;
- 6.3.4. Oferecer plena garantia do perfeito funcionamento dos itens fornecidos, obedecidas as especificações técnicas;
- 6.3.5. Responsabilizar-se pela qualidade dos equipamentos fornecidos;
- 6.3.6. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos;
- 6.3.7. Fornecer/executar o objeto do Contrato de acordo com as especificações do mesmo, tal como o prazo para entrega dos equipamentos não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização do Tribunal de Justiça do Ceará;
- 6.3.8. Fornecer os produtos devidamente lacrados, de forma a proteger da ação da luz, poeira, umidade, sendo que, nos casos das embalagens apresentarem violação de qualquer espécie, deverão ser substituídas pela Contratada, ainda que na fase de análise/recebimento;
- 6.3.9. Responsabilizar-se por qualquer ação de perda ou inutilização de equipamentos, materiais e/ou peças quando sob sua guarda ou atuação, sendo prevista a substituição dos materiais fornecidos e não aceitos, sem qualquer ônus ao TJCE;
- 6.3.10. Reconhecer bem como facilitar os direitos da Administração no que tange a fiscalização do objeto durante a entrega dos mesmos;
- 6.3.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais, tributários e demais despesas incidentes sobre o objeto do Contrato;
- 6.3.12. Aceitar acréscimos e supressões contratuais, nos termos do Art. 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/93;
- 6.3.13. Comprovar, durante toda a execução do contrato, a regularidade do FGTS, INSS, débitos trabalhistas, Fisco Federal, Estadual e Municipal;

**6.4. Forma de Acompanhamento do Contrato**

ID	Evento	Forma de Acompanhamento
1	Entrega dos equipamentos	A execução do objeto que consiste na entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

2	Recebimento provisório dos Equipamentos	Verificar se o prazo de entrega dos equipamentos atendeu ao exigido. O CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório (Anexo II).
3	Recebimento definitivo dos Equipamentos	Verificar se os equipamentos correspondem ao exigido quanto as especificações técnicas. Estando os equipamentos em conformidade com as exigências desse documento, o CONTRATANTE tem até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Provisório (anexo II), para emitir o Termo de Recebimento Definitivo (Anexo III).

#### 6.5. Metodologia de Avaliação da Qualidade

Etapa/Fase/Item	Método de Avaliação
Entrega e recebimento definitivo dos equipamentos.	No momento da entrega será verificado o prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pelo Tribunal de Justiça do Ceará.

#### 6.6. Níveis de Serviço

Os itens referentes à apuração dos níveis mínimos de serviço estão presentes no item 4.

#### 6.7. Estimativa do Volume de Bens/Serviço

Bem/Serviço	Estimativa	Und	Forma de Estimativa
Projektor Multimídia.	20	Unidade	Necessidade de provisão de solução de Projeção de Imagens frente a alta demanda por tal solução para atividades institucionais do TJCE. A solução deverá atender a diversos setores do TJCE. Alguns equipamentos serão destinados para o uso em salas de reunião e para o auditório, entre várias outras aplicações para utilização da solução.

#### 6.8. Prazos e Condições

ID	Etapa/Fase/Item	Prazo/Condição
1	Entrega dos Equipamentos	Até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.
2	Serviço de Suporte / Garantia	Durante os 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento definitivo dos bens/serviços pelo TJCE

#### 6.9. Aceite, Alteração e Cancelamento

##### 6.9.1. Aceite

6.9.1.1. O aceite será realizado estando os serviços e equipamentos em conformidade com o item 4 acima.

##### 6.9.2. Dos acréscimos

6.9.2.1. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

6.9.2.2. Alteração contratual unilateral, pela Administração Pública, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos conforme o artigo 65,



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

inciso I, alínea a, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**6.9.3. Cancelamento**

**6.9.3.1.** Ficará o Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

**6.9.3.2.** Atraso injustificado na execução do objeto;

**6.9.3.3.** Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;

**6.9.3.4.** Cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;

**6.9.3.5.** Decretação de falência ou insolvência civil;

**6.9.3.6.** Dissolução da empresa;

**6.9.3.7.** Alteração ou modificação da finalidade ou da estrutura da Empresa que prejudiquem a execução do Contrato;

**6.9.3.8.** Ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;

**6.9.3.9.** RESCISÃO, nos casos previstos no art.78 da Lei nº 8.666/93;

**6.9.3.10.** Poderá, ainda, ser rescindido pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante simples aviso à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**6.10. Condições para Pagamento**

**6.10.1.** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos bens/serviços adquiridos, mediante apresentação da fatura/nota fiscal atestada pelo setor competente deste Tribunal e mediante a apresentação de certidões negativas de débitos federal, estadual, municipal, previdenciário, trabalhistas e FGTS;

**6.10.2.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**6.10.3.** Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa;

**6.10.4.** Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação;





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**6.10.5.** As faturas/notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, CNPJ nº. 09.444.530/0001-01;

**6.10.6.** O Tribunal de Justiça do Ceará reserva-se o direito de recusar o pagamento, caso o objeto não esteja em conformidade com as condições estabelecidas em contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa por parte da CONTRATADA;

**6.10.7.** Caso existam penalidades a serem aplicadas, a CONTRATADA será notificada, sendo o prazo do atesto da respectiva fatura ou nota fiscal interrompido até a entrega das justificativas pela CONTRATADA;

**6.10.8.** Nas notas fiscais referentes aos serviços descritos neste documento, deverão estar discriminados os valores dos tributos: Imposto sobre Serviços – ISS, PIS e COFINS. A CONTRATADA também deverá, durante todo o período contratual, manter suas documentações fiscais atualizadas

**6.11. Mecanismos Formais de Comunicação**

Função de Comunicação	Emissor	Destinatário	Forma de Comunicação	Periodicidade
Troca de informações técnicas necessárias à execução do contrato e também na abertura de chamados.	Contratada/Contratante	Contratante/Contratada	Através de telefone, e-mail, presencial, relatórios, documentos de texto, planilhas, slides, e-mail, sítios da internet, documento em formato PDF.	Quando Necessário
Comunicações oficiais	Contratada/Contratante	Contratante/Contratada	Ofício por correspondência	Quando Necessário

**6.12. ESTIMATIVA DE PREÇO**

MÉDIA DE MERCADO					
Item	Bem/Serviço	QTD	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
1	PROJETOR MULTIMÍDIA LCD PORTÁTIL – projetor multimídia LCD portátil, Resolução: SVGA (800 x 600), Luminosidade: 2800 ANSI Lumens, Contraste: 3000:1, Display: 3 painéis LCD, Lâmpada: 200W UHE, 4000h (alto brilho) 5000h (baixo brilho), Lente: Fixa -Foco Manual, FN 1:44, Foco 16,6mm, Zoom 1.0 - 1:35 digital, Painel: 3 painéis LCD, Sistema de vídeo: NTSC / NTSC4.43 / PAL-M / PAL-N / PAL-60 / SECAM, Outras funções: liga e desliga instantaneamente. Marca: Epson	20	Unidade	R\$ 2.337,28	R\$ 46.745,60
Total					R\$ 46.745,60

**6.13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.13.1. Fonte de Recursos / Estimativa de Impacto Econômico-Financeiro**

Fonte	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará -TJCE
-------	--



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Programa	500 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TJ		
Ação	Ação 21809 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TI – TJ – 1º GRAU		
Período	Natureza	Valor	
		1º Grau (Ação 21809)	Total
Previsto para 2018	Investimento	R\$ 46.745,60	R\$ 46.745,60
VALOR GLOBAL			R\$ 46.745,60

#### 6.14. SANÇÕES APLICÁVEIS

6.14.1. Advertência, que consista em comunicação formal ao infrator, decorrente da inexecução de deveres que ocasionem riscos e/ou prejuízos de menor potencial ofensivo para a Administração;

6.14.2. Multas, aplicadas isolada ou cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis, na seguinte forma:

6.14.3. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

6.14.4. Multa moratória de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso, diminuam-lhe o valor ou, ainda, divergente das especificações do edital;

6.14.5. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou o mesmo venha a se recusar a reparar as irregularidades detectadas no fornecimento;

6.14.6. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

6.14.7. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 5 (cinco) anos;

6.14.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/93;

6.14.9. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste item, cumulando-se os respectivos valores;

6.14.10. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**7.1. Proposta de Preço**

**7.1.1. Organização da Proposta**

**7.1.2.** A proposta deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

**7.1.3.** Valor(es) unitário(s) e total(is) com até 2 (duas) casas decimais, em moeda corrente nacional, devendo os valores totais serem escritos em numeral e por extenso;

**7.1.4.** Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos;

**7.1.5.** Não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

**7.1.6.** Fazer menção ao número do pregão e do processo licitatório;

**7.1.7.** Ser datada e assinada na última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da empresa;

**7.1.8.** Conter na última folha o número do CNPJ da empresa;

**7.1.9.** Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de entrega da mesma;

**7.1.10.** Conter a descrição detalhada do objeto, como: somente uma única marca, modelo, características do objeto, procedência e demais dados que a licitante julgar necessário;

**7.1.11.** Conter indicação do nome do banco, número da agência, número da conta-corrente, para fins de recebimento dos pagamentos;

**7.1.12.** Conter nome da empresa, razão social ou denominação social, endereço completo, número de telefone, número do aparelho de fax e e-mail atualizados para facilitar possíveis contatos;

**7.1.13.** Informar os valores unitários e totais para cada item ofertado;

**7.1.14.** Informar garantia de 12 (doze) meses para todos os itens da solução, a contar da data de recebimento definitivo dos bens/serviços pelo TJCE.

**8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

**8.1. Caracterização da Solução**

**8.1.1.** A solução de TI está descrita no item 3 acima, e é caracterizada como serviço de natureza comum.

**8.2. Tipo de Licitação**

**8.2.1.** A licitação será do tipo menor preço, onde os valores máximos aceitáveis, tanto unitários quanto globais, estão descritos no item **6.12 (ESTIMATIVA DE PREÇO)**.

**8.3. Justificativa para Aplicação (ou não) do Direito de Preferência (Lei complementar nº 123/06)**

**8.3.1.1.** Devido ao fato do objeto ser executado de forma única, conforme descrito no item **2.1 (QUANTITATIVO)**, o disposto nos incisos I e III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, não se aplica a esta contratação.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**8.4. Critérios de Habilitação**

8.4.1. Não será admitida a participação de dois ou mais licitantes em regime de consórcio;

**8.5. Qualificação Técnica**

8.5.1. Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão ou experiência anterior do licitante compatível com a solução ofertada, observando-se que tal atestado não seja emitido por empresa do mesmo grupo empresarial da licitante.

**8.6. Da Qualificação Econômico-Financeira**

8.6.1. O licitante deverá apresentar as condições de habilitação econômico-financeira nos seguintes termos:

8.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um);

8.6.3. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

8.6.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.5. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**8.7. Critérios de Aceitabilidade de Preços Unitários e Globais**

8.7.1. Os valores máximos aceitáveis, tanto unitários quanto global, estão descritos no item 6.12 (ESTIMATIVA DE PREÇO).

**8.8. Critérios de Julgamento**

8.9. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

**9. GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive pagamento de multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA prestará garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo a mesma optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93, a saber:





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- 9.2. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, cuja exigibilidade não seja contestada pelo TJCE;
- 9.3. Quando se tratar de caução em dinheiro, deverá ser recolhido na Secretaria de Finanças do TJCE;
- 9.4. Seguro garantia;
- 9.5. Fiança bancária;
- 9.6. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil.
- 9.7. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá reintegrar o seu valor, no prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada;
- 9.8. A não apresentação da garantia até a assinatura contratual ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas no item 6.14 (**SANÇÕES APLICÁVEIS**) desse documento;
- 9.9. A Garantia referida neste item terá o seu valor atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração nos preços contratados, de tal modo que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do CONTRATO, devendo a CONTRATADA providenciar, às suas custas, a respectiva renovação da garantia sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos;
- 9.10. No caso de prorrogação do prazo do contrato, a garantia também deverá ser prorrogada por igual período.

**10. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 10.1. A vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e:
- 10.2. Para a garantia dos equipamentos, por até 12 (doze) meses contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo dos respectivos.

**Equipe de Planejamento da Contratação**

Agildo Caetano da Silva – 800  
Integrante Técnico

Fabio de Carvalho Leite – 9594  
Integrante Administrativo

Francisco Tiago Dias Pinto – 9551  
Integrante Requisitante

Cristiano Henrique Lima de Carvalho – 5198  
Área de Tecnologia da Informação

Stela Carmen Ferreira Lustosa – 935  
Área Requisitante da Solução

**11. APROVAÇÕES**

Aprovo. Encaminha-se à Comissão Permanente de Licitação para iniciação de procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autoridade Competente

Denise Maria Norões Olsen – 24667  
Área Administrativa

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.